



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

20/03/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Mudança na Previdência prejudicará mais pobres, dizem servidores

O principal argumento do governo em defesa da reforma da Previdência será confrontado pelas entidades que representam os servidores públicos. As corporações pretendem desmontar a tese de que a atual reforma eliminará privilégios. Segundo as entidades, as mudanças propostas pelo governo atingirão prioritariamente trabalhadores da iniciativa privada de renda baixa, pessoas em situação de miséria e trabalhadores rurais. Hoje, os aposentados nessas condições somam 35 milhões de pessoas.

O presidente da Fenafisco (federação que reúne os auditores das receitas estaduais), Charles Alcântara, afirma que 75% da economia prevista com a reforma recairá sobre estes grupos. "É preciso que o governo aponte exatamente quais são os privilégios que pretende combater com a reforma", diz.

Os números foram levantados por economistas liderados pelo doutor em economia e professor da Unicamp Eduardo Fagnani, e serão apresentados no lançamento da frente parlamentar de oposição à reforma nesta quarta-feira (20), que tem o apoio de 87 entidades que representam servidores e trabalhadores, entre as quais as principais centrais sindicais. O levantamento foi encomendado pela Anfip (associação que reúne os auditores da Receita) e pela Fenafisco. O insumo são as projeções de economia feitas pelo próprio governo com a reforma, de R\$ 1,165 trilhão em dez anos.

Deste total, R\$ 715 bilhões virão de mudanças nas regras de aposentadoria para trabalhadores da iniciativa privada (RGPS) e do campo. Outros R\$ 182 bilhões serão obtidos com mudanças nas regras para idosos miseráveis e no abono salarial. Para as corporações, os números são uma evidência de que a maior parte da economia virá destes segmentos da sociedade e, portanto, não é verdadeiro o argumento de que a reforma vai combater privilégios. É ressaltado ainda que, entre os aposentados do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), 86% recebem até três salários mínimos (cerca de R\$ 3.000), distantes do que se pode chamar de privilegiados.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 20/03/2019

Maia muda o tom político na defesa da reforma da Previdência

Principal fiador da reforma da Previdência, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), mudou o tom na defesa da proposta. Alegando decepção com a articulação do governo e com a relação com o presidente Jair Bolsonaro (PSL), Maia questiona o protagonismo que tem tido na batalha para aprovar as impopulares mudanças nas regras de aposentadorias e pensões.

A aliados, ele reclama da ausência de lideranças do governo capazes de atender os deputados, além da desorganização no Palácio do Planalto, por causa da disputa entre a Casa Civil e a Secretaria de Governo para assumir as funções de articulação política. O grupo mais próximo de Maia, que se reuniu em almoço nesta terça-feira (19) na residência oficial da presidência da Câmara, tem uma avaliação unânime: hoje, a base de Bolsonaro é formada apenas pelo PSL, seu próprio partido.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 20/03/2019

Governo não define economia em projeto para militares, que deve chegar ao Congresso hoje

O presidente interino, Hamilton Mourão, deu duas versões nesta terça-feira (19) para o valor da economia que deve ser gerada com a reforma do sistema de Previdência dos militares. O projeto de lei que altera as regras para Forças Armadas, policiais militares e bombeiros deve ser enviado ao Congresso nesta quarta – cumprindo a promessa de que o texto seria enviado ao Legislativo um mês após a apresentação da PEC da reforma para demais trabalhadores. Pela manhã, Mourão havia dito que o texto deveria gerar economia de R\$ 13 bilhões à União ao longo de dez anos. À tarde, ao voltar de uma cerimônia no STM (Supremo Tribunal Militar), disse que havia errado. “Eu me enganei. O que prevalece é o número da área econômica. Lidei com muita coisa hoje de manhã e me equivoquei.” A assessoria não soube informar o número correto e pediu que a reportagem procurasse a equipe econômica.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 20/03/2019

Novo aposentado terá bloqueio em empréstimo consignado

Novos aposentados e pensionistas do INSS interessados em tomar crédito consignado –com desconto direto no benefício– terão de desbloquear os débitos em conta antes de contratar o empréstimo, que só poderá ser efetivado após 90 dias da concessão.

A regra, criada pela instrução normativa número 100, passará a valer em 31 de março, 90 dias após a publicação da norma no Diário Oficial da União. A norma apresenta ainda outras medidas para combater fraudes e o assédio comercial de bancos e financeiras aos segurados.

Além de bloquear os empréstimos por 90 dias, o texto também proíbe bancos e instituições financeiras de fazer contato com os beneficiários para ofertar consignados durante os primeiros 180 dias (seis meses) após a concessão do benefício.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 20/03/2019

Isenção para deficiente comprar carro é privilégio, diz secretária

Um privilégio. É assim que a secretária nacional da Pessoa com Deficiência, Priscilla Gaspar, subordinada à ministra dos Direitos Humanos, Damara Alves, vê o acesso das pessoas com deficiência à isenção de impostos para a compra de veículos novos, com teto de R\$ 70 mil. Nos últimos anos, as vendas de automóveis para esse público cresceram substancialmente, tanto porque novos grupos foram contemplados, como os não condutores –pais de crianças com autismo ou síndrome de Down, por exemplo–, como porque cresceu a oferta de modelos.

Segundo a secretária, “a isenção de impostos atinge parcela pequena de pessoas com deficiência, dado o perfil socioeconômico dessa população. Dados do Censo IBGE 2010 apontam que a maioria das pessoas com deficiência [65,9%] tem renda de até dois salários mínimos, sendo que 9,6% não têm renda alguma proveniente do trabalho”.

Ainda, de acordo com Priscilla, que é surda e especialista em educação, “considerando de forma global e sob a ótica de política pública, as isenções para aquisição do automóvel atingem uma parcela de privilegiados dentro do grupo de pessoas com deficiência”.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 20/03/2019